

Valoração como ferramenta para gestão e conservação de coleções museológicas

Value assessment as a tool for the management and conservation of the museum collection

Maria Karla Belo da Silva Tavares^{1*}

Carla Maria Teixeira Coelho^{2**}

Marcos José de Araújo Pinheiro^{3***}

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre a valoração de coleções museológicas, a discussão teórica sobre a atribuição de valor e demonstrar sua contribuição para a gestão do patrimônio cultural. Neste sentido, foi realizada pesquisa sobre a valoração de coleções entendida no contexto da metodologia de gestão de riscos para o patrimônio cultural. Evidencia um esforço para uma maior popularização desta metodologia entre os profissionais da área e interessados, propiciando subsídios para a gestão das coleções centrada nos seus múltiplos valores. Tendo como objetivo final introduzir um critério mais eficaz para subsidiar os processos decisórios relacionados à definição de prioridades para os acervos.

Palavras-chave: Valoração de Coleções. Museologia. Gestão de Riscos. Patrimônio Cultural.

Abstract: This article aims to present a study on the value assessment of museum collections, the theoretical discussion on the value attribution and demonstrate their contribution to the management of cultural heritage. In this sense, the research on the valuation of collections, which is within the scope of the risk management methodology for cultural heritage, was conducted. The valuation of this collection evidences an effort for a greater popularization of this methodology among professionals and interested parties, providing subsidies for the management of collections centered on its multiple values. With the ultimate goal of introducing a more effective criterion to support decision-making processes related to setting priorities for the collections.

Keywords: Collections´ Value Assessment. Museology. Risk management. Cultural Heritage.

Introdução

A atribuição de valor transita por relações, seja entre indivíduos, seja entre o indivíduo e o meio em qualquer âmbito – e todas as coisas que nele habita. Valor é, portanto, um conceito associativo. Hayha *et al.* (2018) apontam que os critérios de valor

^{1*}Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ) e Museóloga (UNIRIO). Atualmente é curadora adjunta da Coleção da Seção de Anatomia Patológica do Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz. Possui experiência na área de Preservação do patrimônio cultural, com ênfase em conservação preventiva e gestão de riscos. mariakarlabele@gmail.com

^{2**} Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFF). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é Assistente Técnica da Vice-diretora de Patrimônio Cultural e Divulgação científica da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz e coordenadora do Grupo de Trabalho de conservação preventiva e gestão de riscos. carla.coelho@fiocruz.br

^{3***} Doutor e Mestre em Ciências em Engenharia de Produção (COPPE/ UFRJ). Diretor da Casa de Oswaldo Cruz (COC/ Fiocruz), coordena o Preservo - Complexo de Preservação da Fiocruz. Professor do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde/ COC/Fiocruz, é colíder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural". marcos.pinheiro@fiocruz.br

são mutáveis e podem ser usados seletivamente, podendo ainda estar em conflito e/ou em constante transformação. Segundo León (2014) o fundamento da atribuição de valor é o resultado da relação entre o sujeito e objeto:

[...] Assim, **o fundamento da valoração e do valor é dado nessa inter-relação entre sujeito e objeto, como forma de complementar-se, como forma de construção.** Não é o objeto em uma determinada situação como fundamento dos valores ou o sujeito em outra situação. Pelo contrário, é o resultado da fusão entre sujeito e objeto ou vice-versa a base de valores (LEÓN, 2014, p.60, tradução nossa. Grifo nosso)⁴.

Os bens culturais resultam da fusão entre o universo das coisas e dos valores, como depositários de um caráter peculiar atribuído a esse bem. Frondizi (1958, p.10) aponta essa dimensão, como “as coisas mais o valor que é incorporado” e utiliza o exemplo da matéria-prima ‘mármore’ e seu processo de transformação em ‘estátua’ pelas mãos do artista:

[...] os bens equivalem às coisas valiosas, isto é, **as coisas mais o valor que são incorporados.** Semelhante, um pedaço de mármore é uma mera coisa; a mão do escultor acrescenta beleza ao 'tirar tudo o que resta', [...] é a coisa de mármore que se tornará uma estátua, um "bem". A estátua continua retendo todas as características do mármore comum - seu peso, sua constituição química, sua dureza etc.; [...] o que foi agregado é um valor estético (FRONDIZI, 1958, p.10. Tradução nossa, grifo nosso)⁵

No âmbito da Museologia, os objetos são musealizados exatamente pelo “valor que lhes é incorporado”. Segundo Nascimento (1998):

O objeto museal é o conceito que estamos denominando no contexto museológico, que significa a produção cultural (material e imaterial) do homem, os sistemas de valores, símbolos e significados, as relações estabelecidas entre os homens, entre o homem e a natureza, que através da modificação da natureza, cria objetos no decurso da sua realização histórica. São objetos elaborados e existentes fora do homem, mas que refletem as complexas teias de relações entre os homens no processo histórico (NASCIMENTO, 1998, p. 10-11).

⁴ “[...] Así, el fundamento de valorización y de valor está dado en esta interrelación de sujeto y objeto, como forma de complementarse, como forma de construcción. No el objeto en una cierta situación como fundamentación de los valores o, el sujeto en otra determinada situación. Más bien es el resultado de la fusión entre sujeto y objeto o vice-versa la fundamentación de los valores”. (LEON, 2014, p.60)

⁵ “[...] los bienes equivalen a las cosas valiosas, esto es, a las cosas más el valor que se les incorporado. Así, un trozo de mármol es una mera cosa; la mano del escultor agrega belleza al 'quitarle todo lo que le sobra', [...] y el mármol-cosa se transformará en un estatua, en un "bien". La estatua continúa conservando todas las características Del mármol común - su peso, su constitución química, su dureza, etc.; [...] lo que se le ha agregado es un valor estético”. (FRONDIZI, 1958, p.10)

Brulon (2015, p.25) reflete sobre a capacidade de as “coisas’ adquirir[em] diferentes estatutos por meio da sua circulação ‘entre e nas sociedades’ e de acordo com os diferentes sistemas de valores que atravessa”. Tornando-se objetos na medida em que são inseridos em um ‘sistema classificatório específico’. A musealização é, portanto, o sistema específico na museologia capaz de converter um objeto comum em um objeto de museu, museália. Em relação a esse processo o autor destaca que os objetos...

Nessa nova fase de sua existência são alterados, para além de sua função essencial que deixa de ser utilitária passando ser interpretativa, os seus modos de se relacionar com os outros objetos e com os seres humanos que lhes darão sentido (BRULON, 2015, p.26).

Mensch (1987 apud Nascimento, 2012) enfatiza que essa nova vida do objeto desperta diversos enquadramentos, a partir da sua seleção por suas qualidades de ‘musealidade’ que variam pelo prisma das várias especializações dos profissionais como também os da comunidade.

Explica-nos Mathilde Bellaigue que:

A Museologia tem seu laboratório: O Museu. O laboratório, por sua vez, tem seu material de experimentação: o real. Ora, o real é representado no museu pelo objeto. Tem que considerar-se aqui o objeto em seu sentido mais amplo: ele é material ou imaterial, natural ou cultural. É em todo caso, central na museologia, já que é o elemento da realidade que emite informação ou permite a comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado (BELLAIGUE, 1992, p.3).

No campo do patrimônio cultural, a questão do valor sempre esteve presente, sendo evidenciada como justificativa para a sua preservação ou omissão. Sobre a natureza dos valores tal como compreendida contemporaneamente, De La Torre (2013) enfatiza suas características e implicações para a prática da preservação como sendo sempre atribuídos, múltiplos, mutáveis e em conflito:

Características dos valores patrimoniais

Sempre atribuídos..... Nunca intrínsecos

Sempre múltiplos.....Nunca apenas um

Sempre mutáveis.....Nunca estáticos

Incomensuráveis.....Não comparáveis

Sempre em conflito.....Algumas vezes incompatíveis

(DE LA TORRE, 2013, p.158)

Em consonância com esta discussão, Meneses (2012, p.33) indaga sobre a atribuição do valor: "Se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?". Nos processos decisórios como o acatamento dos bens, era o poder público que figurava como entidade representante. Um marco que caracteriza este processo, em âmbito nacional, constitui-se pela criação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 1937 que regulamenta a proteção dos bens culturais no país. Tais bens devem ser registrados em quatro livros de tomo, assim divididos: 1) Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro de Tombo Histórico; 3) Livro de Tombo das Belas Artes; 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

Fonseca (2003) reflete sobre o início da política de preservação no Brasil que ficou conhecida pela expressão 'pedra e cal' em referência aos bens que eram reconhecidos como patrimônio histórico e artístico nacional.

A imagem que expressão "patrimônio histórico e artístico" que evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de artes excepcionais, ou por terem sido palcos de eventos marcantes, referido em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado. (FONSECA, 2003, p. 56)

Apesar de considerar que a seleção atenderia ao interesse público, inicialmente era um especialista o responsável final pelas decisões de quais bens seriam preservados pelo poder público. "Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade" (MENESES, 2012, p. 33). O Estado passou a garantir, em sua carta magna de 1988, o pleno exercício dos direitos culturais, acesso e participação ativa da sociedade na gestão e definição desses bens. Tal como, a promoção e visibilidade às práticas dos diversos grupos formadores da nação e seus múltiplos valores, em destaque: valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Castriota (2007) acentua que este tipo de intervenção, advinda desde a década de 1930, pode ser caracterizada pelo modelo 'via única' respaldada pelo discurso estatal. Apesar de absorver as novidades trazidas pelas experiências internacionais, esta abordagem continuou validando tombamentos como o de Ouro Preto, em Minas

Gerais, que o autor considera ter sido orientado pela ótica de critérios estilísticos “ignorando-se completamente sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído.” (2007, p.16)

Assim, ao considerarem, como vimos, a cidade como obra de arte, as políticas de patrimônio aí implementadas nunca puderam incorporar de fato os novos agentes que se colocavam na cena urbana, não conseguindo tampouco elaborar estratégias que lograsse compatibilizar preservação e desenvolvimento. (CASTRIOTA, 2007, p. 16)

Apesar dos resquícios deste modelo, atualmente presenciamos uma intensificação de experiências de cunho participativo na atribuição e reconhecimentos de valores. Aos poucos, as comunidades passam a ser protagonistas e autores no reconhecimento dos bens culturais. Como defende o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) , podemos dizer que trabalhamos com um conceito ampliado de cultura, ultrapassando a ênfase nas artes consolidadas e definindo-a como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos. ” (IBRAM, 2010, p. 8).

No âmbito dos bens móveis, podemos observar iniciativas que envolvam a participação ativa de diferentes grupos, como a construção do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) que consiste em uma tecnologia social desenvolvida pelo IPHAN voltada à produção de conhecimento e à identificação de bens culturais de natureza imaterial. Formado através da atribuição de sentidos e valores, determinando as referências culturais presentes em uma localidade com a participação ativa dos grupos sociais.

O levantamento preliminar inclui pesquisa em fontes secundárias e oficiais, entrevistas com quem produz e conhece as referências culturais pesquisadas, além de dialogar com as diferentes instâncias. Neste contexto, temos o manual ‘Educação Patrimonial: inventários participativos’, lançado em 2016, o qual estimula que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais, além de funcionar como uma ferramenta de promoção da educação patrimonial. A abordagem proposta

Considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (IPHAN, 2016, p. 5).

Esse tipo de experiência tem sido cada vez mais adotado para obter uma maior participação da comunidade, estando alinhada ao conceito de patrimônio entendido como construção social. Fazem parte do processo de 'escrita em primeira pessoa', cada vez mais difundido em políticas culturais oficiais, como o 'Programa Pontos de Memória do IBRAM', sendo utilizado também para bens materiais e em museus. Como exemplos podemos destacar as experiências dos museus de Araçuaí, em Minas Gerais, e de Arqueologia de Itaipu, no Rio de Janeiro⁶. Possuem em comum o trabalho compartilhado com o público local - pescadores e moradores, no caso de Itaipu, registrando suas múltiplas visões e conhecimentos sobre os bens culturais.

Menezes (2012, p.35) faz uma proposição a respeito da relação entre o valor e o processo de valoração, incluindo a perspectiva do especialista, a visão do usuário e do 'fruidor' que "em última instância, é operador do valor em causa e [...] tem o direito e a gratificação de fruir." Tendo isto em mente, o autor propõe alguns pontos que podem contribuir para identificar os componentes ou referências de valor cultural em sinergia de especialistas e 'produtores de valor' (Quadro 1).

Reforça uma visão unificada do patrimônio, sem distinções de categorias como material ou imaterial, móveis e imóveis, natural, entre outras, acentuando que esses componentes "não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos" (MENESES, 2012, p.35).

VALORES COGNITIVOS	VALORES FORMAIS	VALORES AFETIVOS	VALORES PRAGMÁTICOS	VALORES ÉTICOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tiver condições de conhecimento e/ou constituir oportunidade relevante de conhecimento; ▪ Bem tratado como documento; ▪ Pode dirigir questões para obter informação múltipla, como condições históricas, padrão estilístico e trajetória; ▪ Fruição intelectual. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valor predominante formal ou estético; ▪ Capaz de aguçar a percepção, uma apreensão mais profunda; ▪ Induzir a produção e a transmissão mais amplas de sentidos; ▪ Aguça a percepção, qualificando - a. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da identidade e formulação da autoimagem, com vinculações subjetivas; ▪ Trata-se de cargas simbólicas, sentimento de pertença e identidade; ▪ Envolve mecanismos complexos, como representações sociais e o imaginário social. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ São valores de uso percebidos como qualidades; ▪ Por vezes marginalizados ou ignorados, com frequência; ▪ Percebido como capaz de qualificar a prática, por intermédio também de valores pragmáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não associados aos bens, mas as interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar; ▪ Referência ao lugar do outro; ▪ Se o direito à cultura é o direito à diferença, está ganha legitimidade quando dialoga e produz transformações mútuas.

Quadro 1 - Roteiro para avaliação de valor. Fonte: Adaptado pelos autores de Menezes, 2012.

⁶ Projeto do Museu de Araçuaí <http://museus.cultura.gov.br/projeto/1506/> e do Museu de Arqueologia de Itaipu. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/livro_pem_dupla.pdf Acesso em: 08 jul. 2022.

O ato de considerar a questão dos valores para a tomada de decisões não é uma novidade, sendo utilizado para respaldar o processo jurídico de proteção do patrimônio cultural. As multiplicidades de abordagens nesses processos resultam de discussões sobre a necessidade de compreensão da “dimensão conceitual da identificação e da valoração dos objetos culturais para a manutenção do seu caráter único, que possa garantir a legibilidade do bem e refletir a legitimação social razoável à conservação”(BARRETO; PONTUAL; AGUIAR, 2020, p.631).

Qual o objetivo da valoração de bens culturais? Para muitos autores reside em facilitar a tomada de decisões na gestão de bens culturais. Como afirmam Lord e Lord (2008, p.15) no universo dos museus, consiste em auxiliar na execução da missão do museu, suas responsabilidades e os objetivos de curto e longo prazo. Outro objetivo da valoração consiste em potencializar a significância do bem, para tal uma das principais ações é saber o que se tem, considerando as especificidades: "Se o propósito da conservação é a proteção da significância singular, deve haver flexibilidade para selecionar abordagens e ações adequadas às singularidades de cada caso." (DE LA TORRE, 2013, p.162).

1. Tipos de valor

Os tipos de valor ligados ao campo do patrimônio cultural estão intimamente relacionados a uma construção social, oriunda de demandas de especialistas e organizações quanto à salvaguarda, preservação e promoção dos bens culturais. Além das demandas advindas do campo acadêmico e dos profissionais que atuam no campo.

A valoração de bens culturais como uma metodologia de avaliação dos valores, classificação e hierarquização, remete à segunda metade do século XX. Anterior a um método estruturado, já havia discussões sobre os diferentes valores do patrimônio cultural e seus usos na sua preservação.

Muitos autores já se debruçaram sobre este tema, desde Riegl (1902), Lipe (1984), Frey (1997), Mason (2002), Pedersoli (2014), Bullock (2014) e recentemente Cohen (2021). O tema tem sido incorporado por cartas patrimoniais como a Carta de Burra do ICOMOS da Austrália (1979) e o Documento de Nara do ICOMOS (1994).

Riegl (2014) na primeira metade do séc. XX apresenta princípios que deveriam ser utilizados na preservação de monumentos, tendo como base seus valores. Organiza as tipologias de valor em dois grandes grupos: Valores de Rememoração (ligados à

memória e a capacidade de invocá-la) e Valores de Contemporaneidade (ligados ao passado, busca refletir no valor vinculado ao monumento e na sua relação com a sociedade) (Quadro 2).

Para Coelho (2018), a principal contribuição de Riegl estaria na concepção de que os valores são sempre atribuídos pelos sujeitos, podendo ser múltiplos e conflitantes muitas vezes, além de incorporar o reconhecimento dos valores como premissa para a tomada de decisão na gestão do patrimônio cultural. Entre os autores que se inspiraram em seus escritos, destaca-se Mason (2002), que participou da pesquisa ‘Research on the Values of Heritage’ desenvolvida pelo *Getty Conservation Institute* – GCI.

Valores Rememorativos
Valor de antiguidade - Relacionado à aparência não moderna dos monumentos. Manifesta-se em imperfeições, na falta de um caráter fechado e na tendência à erosão da forma e da cor. O valor de antiguidade baseia-se na percepção sensorial superficial (em oposição ao valor histórico, baseado em reflexão intelectual) e é percebido mesmo pelo leigo.
Valor histórico - Representa uma etapa determinada na evolução de algum dos campos criativos da humanidade. Do ponto de vista do monumento o que interessa não são as marcas deixadas pelo tempo, mas seu estado original, sua gênese. Seu reconhecimento depende de conhecimento científico.
Valor rememorativo intencional - Tem por objetivo manter presente o momento da gênese do monumento; aspira à imortalidade, ao eterno presente, ao permanente estado de gênese.
Valores de Contemporaneidade
Valor instrumental (Uso) - Relativo à vida física do monumento, à sua existência. Um edifício antigo deve manter-se em tal estado que possa abrigar o homem sem oferecer perigos de vida ou de saúde.
Valor artístico - Capacidade de responder às exigências da moderna vontade da arte (<i>Kunstwollen</i>):
Valor artístico de novidade - Valor que se dá à criação humana antes do processo de deterioração. Demonstra a vitoriosa ação criadora e a força do homem; apenas o novo e completo é belo, segundo as ideias do povo; o velho, fragmentado e descolorido é feio.
Valor artístico relativo - Baseia-se na possibilidade de que obras de gerações anteriores possam ser apreciadas não só como testemunhos da superação da natureza pelo homem, mas também diz respeito a sua própria concepção, sua forma e sua cor. É sempre relativo, não há valor artístico absoluto.

Quadro 2 - Categorias de valor propostas por Alois Riegl. Fonte: Coelho, 2018, p. 34.

O autor define a valoração do patrimônio cultural como aspecto essencial do planejamento da conservação e gestão dos bens culturais, formulando uma metodologia voltada para a integração entre valores e os pressupostos da conservação. O esquema a seguir (fig.1) apresenta o processo desenvolvido pelo autor, a fim de facilitar a aplicação do conceito de valoração ao patrimônio cultural.

Trata-se de um modelo de três partes onde os gestores poderão realizar uma sequência de tarefas para gerar e coletar informações sobre os valores, sendo utilizadas posteriormente no processo geral de planejamento.

Questionamentos sobre o valor do objeto são constantes no campo cultural e evocam múltiplos valores relacionados ao bem. Para Mason (2002, p.8) “qualquer bem definido como patrimônio tem algum tipo de valor”. A proposta elaborada pelo autor traz como diferencial a integração entre a análise dos valores e as ações de conservação.

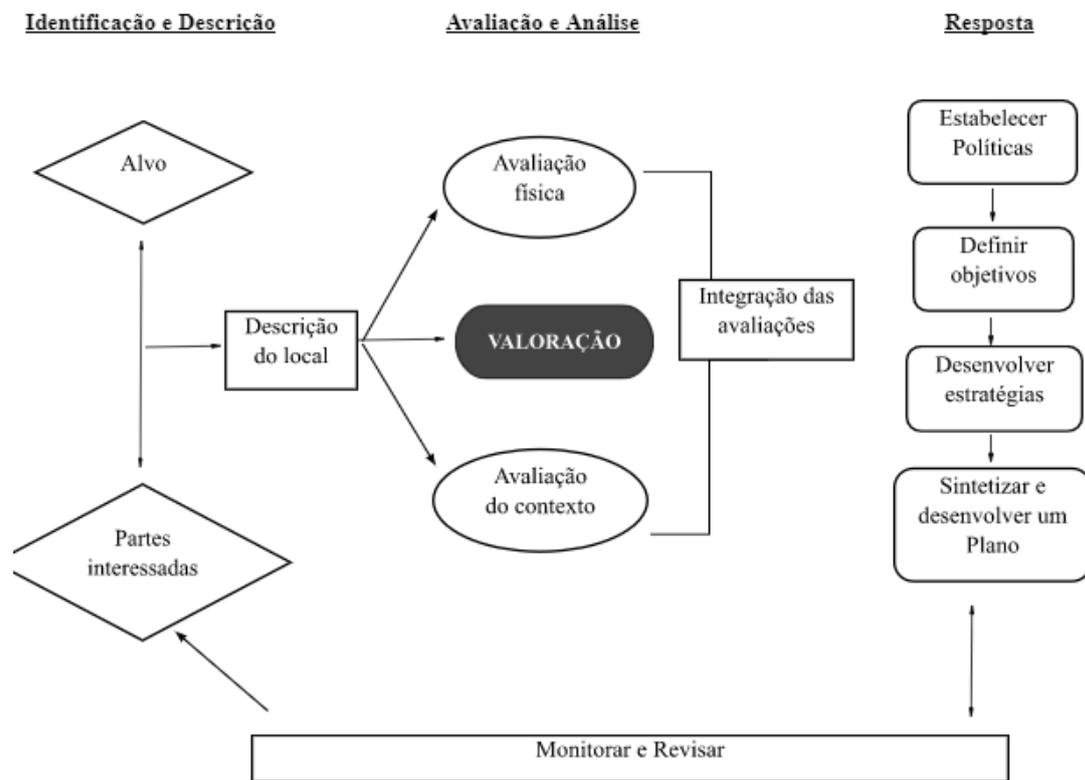


Figura 1 - Processo Metodológico da Valoração. Fonte: Adaptação nossa a partir de Mason, 2002, p. 7.

As conferências e convenções internacionais realizadas ao longo do tempo exprimem as mudanças de concepções e práticas no campo da preservação de bens culturais. Podemos acompanhar pelas cartas patrimoniais, declarações e articulações para revisões de conceitos, tal como o de Museu pelo ICOM⁷.

⁷ Em vigor desde 2007, a definição de museu elaborada pelo ICOM passou por recente revisão. O processo se deu de maneira colaborativa, seguindo uma metodologia em 11 passos estabelecida pelo comitê ICOM Define. O impasse na revisão da definição de museu ocorrido na 25ª Assembleia Geral do ICOM realizada em Kyoto, Japão, e sua postergação, revelam as disputas conceituais e políticas presentes nas áreas da cultura e do patrimônio cultural. Em 2022, na 26ª Assembleia Geral realizada em Praga, uma nova definição foi aprovada: "Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao

As tipologias de valor constituem ferramentas de pesquisas e servem de ordenamento e organização do conhecimento para aplicação no campo cultural. Visa orientar os profissionais e gestores, além de facilitar a discussão e escolhas dos métodos mais adequados a cada instituição.

Para Mason (2002, p.10) elas minimizam implicitamente alguns tipos de valor, elevam outros ou podem expor os conflitos de primeiro plano entre a priorização de certos valores em detrimento dos outros. As tipologias de valor divergem ao serem comparadas com os autores e instituições, isto se dá além das diferenças epistemológicas, remete ao contexto sociocultural onde estão inseridos e sua relação com os bens culturais.

A participação do público não especializado é referenciada como um dos pilares desse modelo, por considerar que os valores estão inseridos na cultura e nas relações sociais que ao selecionar apenas um tipo de ator (o especialista) diminui a potencialidade de alcance final e a oportunidade de participação social mais abrangente (MASON, 2002, p.10).

Consideramos fundamental que o processo de valoração, além de incluir uma diversidade de atores, se baseie em tipologias diferentes de valor, de forma que sejam contemplados atributos e qualidades dos bens culturais relacionados aos seus significados contemporâneos, mas também aqueles que são menos mutáveis e persistem de forma pouco alterada entre gerações. (COELHO, 2018, p.112)

Bastidas e Vargas (2012) esquematizaram uma metodologia para realizar a valoração por meio de processos participativos que envolvam a comunidade entorno do bem. A publicação é voltada para a avaliação do patrimônio material e intangível e apresenta experiências de instituições na Colômbia em consonância com a obra de Mason. As autoras enfatizam que “O resultado do exercício de valoração serve de insumo para a tomada de decisões e, assim, poder cumprir a missão da instituição cultural”. (BASTIDAS; VARGAS, 2013, p.52)⁸

2. Metodologias de valoração para acervos museológicos

Os museus configuram-se como as instituições culturais que mais recebem bens móveis, podendo abrigar centenas, milhares ou milhões de exemplares. Tendo em vista

público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”.

⁸El resultado del ejercicio de la valoración sirve como insumo para la toma de decisiones, y de esta manera poder dar cumplimiento a la misión de la institución cultural.” (BASTIDAS; VARGAS, 2013, p.52)

que para cada item existem diferentes avaliações possíveis, a complexidade de se trabalhar em processos valorativos emerge de necessidades mais específicas que englobam a totalidade das questões envolvidas na gestão desses bens. Desdobram-se atualmente em duas abordagens principais: a valoração e a significância cultural, ambas contemplam os valores como critério de decisão para a gestão e preservação dos bens culturais.

Existem tantos tipos diferentes de valores, e as interações entre eles são tão complexas, que uma maneira mais eficaz de tratar esta questão tem de começar com uma forma clara, efetivamente neutra e acordada de caracterizar os diferentes tipos de valor patrimonial — como vistos pela grande variedade das partes interessadas nos esforços de conservação. Uma tipologia de valores do patrimônio seria um guia eficaz para caracterização e moveria as partes interessadas na conservação mais perto de ter uma língua franca em valores em que todas as partes podem ser expressas e discutidas. Pelo uso de tal tipologia — um quadro que divide a significância em tipos constituintes de valor patrimonial — as opiniões de especialistas, cidadãos, comunidades, governos e outras partes interessadas podem ser expressas e comparadas de forma mais eficaz. (MASON, 2002, p.9. Tradução nossa)⁹

2.1 - Declaração de significância

O conceito de significância cultural foi inicialmente referido na Carta de Veneza (1964) e posteriormente desenvolvido pelo ICOMOS da Austrália (*Australian National Committee of the International Council on Monuments and Sites*) em 1979 no documento conhecido como Carta de Burra (1980). Neste documento o termo é relacionado com os valores atribuídos aos bens culturais e todos os elementos que contribuem para comunicar sua importância.

Significância também pode ser definida como aqueles valores históricos, artísticos, científicos, sociais ou espirituais que as peças e os conjuntos têm para as gerações passadas, presentes e futuras. Estes são os critérios ou os valores-chave que ajudam a transmitir como e por que um objeto ou uma coleção são significativos. A atribuição de significância requer a coleta de informações, por meio da investigação e da análise a partir de uma série de critérios padronizados e condensada na Declaração

⁹“There are so many different kinds of values, and the interactions among them are so complex, that a more effective way of treating this issue has to begin with a clear, effectively neutral, agreed-upon way of characterizing different types of heritage value—as seen by the wide variety of stakeholders in conservation efforts. A typology of heritage values would be an effective guide to characterization and would move conservation stakeholders closer to having a lingua franca in which all parties’ values can be expressed and discussed. By use of such a typology—a framework that breaks down significance into constituent kinds of heritage value—the views of experts, citizens, communities, governments, and other stakeholders can be voiced and compared more effectively.” (MASON, 2002, p.9)

de Significância, semelhante a uma carta de intenções, após este processo as decisões serão tomadas acerca do objeto ou coleção. (HÄYHÄ; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2018, p.9 -10)

A Declaração de Significância consiste em um instrumento de comunicação sobre a importância do bem, sintetizador de conhecimento e como recurso para subsidiar o desenvolvimento de políticas institucionais. Na compreensão das qualidades intrínsecas e extrínsecas ao objeto de estudo, a fim de afirmar o que é significativo, os passos têm por objetivo contribuir como ferramenta para a gestão dos bens móveis, em políticas de preservação, aquisição e descarte, conservação, promoção, projetos colaborativos e salvaguarda. A publicação Significância 2.0: a guide to assessing the significance of cultural heritage objects and collections (2009) elaborada pelo Conselho de Coleções da Austrália (*Collections Council of Australia*)¹⁰ apresenta uma metodologia para elaboração de Declarações de Significância.

O processo de avaliação é uma ferramenta que ajuda os administradores de coleções a tomar decisões informadas sobre a importância das coleções, e compreende cinco passos principais: análise de uma peça ou de um conjunto; pesquisa sobre a sua história, procedência e contexto; comparação com objetos similares; compreensão de seu valor em relação aos critérios de referência finalizando em um resumo de seus significados e valores em um relatório de significância (Figura 2).



Figura 2 - Avaliação de significância. Fonte: Ibermuseus, 2021.

¹⁰A primeira versão da publicação foi lançada em 2001 pelo Conselho de Coleções Patrimoniais (Heritage Collections Council), instituição que precedeu o Conselho de Coleções da Austrália (*Collections Council of Australia*).

O envolvimento das pessoas na avaliação de significância pode acontecer em qualquer momento da gestão das coleções, e contribui para canalizar esforços na avaliação dos bens e auxiliar na priorização dos conjuntos mais significativos:

A análise de significância visa descobrir algo que expressa ou simboliza bens ou coleções e o que nos diz sobre quais significados ele transmite. O significado de um objeto ou coleção pode ser tanto qualitativo quanto quantitativo. A análise produz significância, aumenta ou diminui o valor do museu do objeto ou coleção ou pelo menos o torna visível. (HÄYHÄ; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2018, p.9)

O relatório de significância é um resumo legível e fundamentado dos valores, significados e importância de um objeto ou uma coleção, e não uma descrição dos aspectos gerais. Incorpora os elementos que contribuem para o significado de objetos e coleções, incluindo aspecto, desenho, materiais, contexto, meio ambiente, história, procedência, usos, função, valores sociais e associações intangíveis.

A redação da Declaração de Significância corresponde à última etapa e inclui uma pesquisa densa do bem ou coleção representada, o conjunto de valores reconhecidos pelos agentes interessados a fim de comunicar porque o bem é importante, sendo utilizado como referência para as políticas e decisões futuras sobre a gestão e preservação. Um exemplo pode ser analisado na declaração da Coleção Mountford-Sheard que contém um rico material reunido por etnógrafos autodidatas da

Mountford-Sheard collection, State Library of South Australia

The Mountford-Sheard collection holds the wealth of material gathered by self-taught South Australian ethnographer CP Mountford (1890–1976) during a career spanning the 1930s to the 1960s. Included are field notebooks and journals, photographic images, motion pictures, sound recordings, artworks, correspondence and published works, along with his extensive personal library.

The collection holds items of great cultural significance to many Aboriginal communities in Australia, most particularly those in Central Australia, the Flinders Ranges, Arnhem Land and the Tiwi Islands. Mountford was a prolific note-taker and his journals provide a valuable insight into the practices of twentieth-century anthropology and ethnography.

The material produced by Mountford, particularly his photography, is significant because it is both respectful of and empathetic to the Aboriginal people and their culture. Such awareness and respect were absent from mainstream Australia at that time. The detail with which Mountford recorded artistic, religious and ceremonial life is of ongoing importance to the spiritual life of these communities.

The Mountford-Sheard collection was inscribed on the UNESCO Australian Memory of the World Register in 2008.

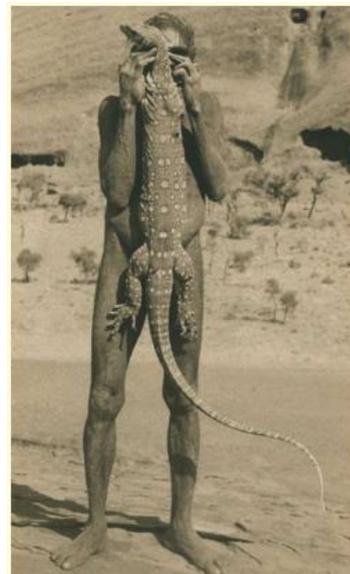


Figura 3 - Exemplo de Declaração de Significância¹¹. Fonte: Russell; Winkworth, 2009, p.55

¹¹A coleção Mountford-Sheard contém um rico material reunido por etnógrafos autodidatas da Austrália, CP Mountford (1890–1976) durante uma carreira que abrangeu as décadas de 1930 a 1960. Incluem-se

2.2 - Valoração de acervos de acordo com o método ABC

De acordo com o Método ABC de gestão de riscos para o patrimônio cultural, estabelecido pelo ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) em parceria com o CCI (*Canadian Conservation Institute*), a valoração dos bens culturais têm papel central na priorização das ações necessárias para garantir sua conservação. A valoração ocorre na primeira etapa da metodologia de gestão de riscos, que trata do estabelecimento de contexto, e objetiva a elaboração de uma análise completa do bem e a compreensão do valor relativo entre os diferentes itens ou componentes desse bem. O método constitui-se como instrumento capaz de revelar um panorama abrangente sobre como cada bem pode ser afetado em um período determinado e quanto de valor relativo poderá ser impactado pelos riscos.

O processo de elaboração e implementação de um plano de gestão de riscos tem como premissa fundamental a necessidade de conhecer bem os acervos e realizar revisões e atualizações periódicas. Trata-se de um processo cíclico, realizado em 5 etapas consecutivas e prevê ações sistemáticas de monitoramento e revisão.

A etapa de estabelecimento de contexto, a primeira, é quando ocorre a valoração. Nesta fase, é realizado o reconhecimento detalhado das características do acervo, a identificação dos atores envolvidos (partes interessadas), das políticas, dos aspectos legais, financeiros, geográficos que serão considerados frente aos objetivos determinados. Por conseguinte, o acesso e envolvimento da comunidade, a otimização das decisões e o estabelecimento de prioridades no ordenamento das coleções, constituem a base desta ferramenta.

As etapas seguintes contemplam a elaboração de uma lista abrangente dos possíveis riscos que podem afetar o bem cultural e a análise de cada risco a partir de uma escala comum (as escalas ABC) para compreensão de sua magnitude. Essa análise considera tanto a probabilidade de ocorrência de determinado risco

cadernos e diários de campo, imagens fotográficas, filmes, gravações de som, obras de arte, correspondência e publicações obras, junto com sua extensa biblioteca pessoal. A coleção contém itens de grande significância cultural para muitas comunidades aborígenes na Austrália, mais particularmente aquelas na Austrália Central, os Flinders Ranges, Arnhem Land e as Ilhas Tiwi. Mountford era um anotador prolífico e seus diários fornecem uma visão valiosa sobre as práticas do século XX nas áreas de antropologia e etnografia. O material produzido por Mountford, particularmente sua fotografia, é significativo porque é respeitoso e empático com o povo aborígene e sua cultura. Essa consciência e respeito estavam ausentes na Austrália naquela época. O detalhe com que Mountford gravou registros artísticos, religiosos e a vida cerimonial é de importância contínua para a vida espiritual dessas comunidades. A coleção Mountford-Sheard foi inscrita na Memória Australiana da UNESCO do Registro Mundial em 2008.“ (Tradução nossa a partir de Russell e Winkworth, 2009, p.55)

(componente A), quanto o impacto sobre os itens afetados (componente B), bem como sobre o valor total do conjunto (componente C).

A partir da análise de cada risco é realizada a comparação entre os riscos a partir do valor de suas magnitudes visando sua priorização; e a definição de medidas de tratamento para os riscos considerados de maior prioridade. É um processo que engloba diferentes atores e setores da instituição, e em especial na valoração, pois contempla perguntas sobre o grau de risco "aceitável" e como a instituição lidará com cada magnitude de riscos a fim de mitigá-los.

Dentro de uma coleção, normalmente há a premissa de que todos os objetos possuam valor e importância igualitária, e isto se dá por múltiplos motivos como a classificação da sua relevância em níveis nacional, estadual, municipal ou local. Contudo, ao se fazer um exercício de estabelecimento de prioridades, percebemos as diferenças, tais como as encontradas em situações como em um incêndio, quando se faz imperativo saber previamente quais objetos devem ser salvos primeiro e por quê.

3 - Valoração da Coleção de Febre Amarela do Museu da Patologia

No dia 23 de março de 1903, Oswaldo Cruz toma posse para o seu primeiro mandato como diretor-geral da Diretoria Geral de Saúde Pública, tendo entre os seus planos prioritários a erradicação da Febre Amarela. Para tanto, Oswaldo Cruz incumbiu os pesquisadores do então Instituto Soroterápico de Manguinhos (atual Fundação Oswaldo Cruz), no Rio de Janeiro, de realizar o estudo da anatomia patológica da Febre Amarela e de seu diagnóstico necroscópico. Após a necropsia, os principais órgãos com alteração deveriam ser conservados pelo método de Kaiserling e recolhidos ao Museu do Instituto Soroterápico de Manguinhos.

O Museu da Patologia é uma testemunha de todos os momentos vividos pela instituição, pois o seu próprio acervo foi alvo de dispersão durante o período compreendido entre a década de 1970. A Divisão de Anatomia Patológica, já com os dois acervos e ocupando todo o atual Pavilhão Carlos Chagas, sofreu juntamente com o Instituto muitas perdas durante o evento denominado "Massacre de Manguinhos"¹² sendo transferido para um dos andares do atual Pavilhão Gomes de Faria, um espaço

¹² Em 1970, durante o regime militar, ocorreu o episódio conhecido como "Massacre de Manguinhos", termo cunhado por Herman Lent em 1972. Esse fato marcou catastroficamente a história do Instituto Oswaldo Cruz, pois dez de seus pesquisadores foram cassados. As coleções sofreram com os expurgos, sendo desmantelada e alocadas em locais ermos Instituição, como o sótão do Hospital Evandro Chagas em que parte da Coleção Entomológica e de Febre Amarela foram encontrados anos depois.

muito pequeno quando comparado com os cinco andares cedidos do Pavilhão Carlos Chagas.

A Coleção de Febre Amarela (CFA) corresponde ao acervo gerado pelo Laboratório de Histopatologia implantado em 1931, quando o contrato entre o governo brasileiro e a Fundação Rockefeller foi renovado, e os norte-americanos, através do Serviço Cooperativo da Febre Amarela, assumiram a responsabilidade pela campanha antiamarílica em quase todo o país. Cada caso apresenta-se como uma peça conservada em formol, um bloco parafinado e corte histológico corado em lâminas. Acompanha esse material uma vasta documentação escrita, impressa e iconográfica, composta, principalmente, de protocolos de pesquisas, registros de casos, fichas com laudos de histopatologia, além de fotos de indivíduos ou locais de coleta.

Dentre as várias contribuições do Serviço Cooperativo da Febre Amarela, do Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela e do Serviço Nacional de Febre Amarela para a ciência nacional podemos citar: a descoberta e o mapeamento de várias outras doenças: Henrique Penna ao examinar lâminas dadas como negativas para febre amarela por outros patologistas, deparou-se com uma lesão intrigante que ele verificou tratar-se de um caso de leishmaniose visceral, também conhecida por Calazar (Figura 4). Foi o primeiro relato desta doença no Brasil, o que rendeu a Penna a publicação da descoberta na revista *Brasil Médico* (1934, 48, p. 949-950).



Figura 4 - Frascos com material envolto em gaze imersa em formalina e lâminas histológicas coradas. Antes (esquerda) e depois (direita) da recuperação. Foto: Gutemberg Brito.

A valoração desta coleção adotou como base as iniciativas desenvolvidas pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) que iniciou em 2015 o projeto de pesquisa 'Conservação

preventiva do patrimônio científico e cultural da Fiocruz: metodologia para desenvolvimento de planos de gerenciamento de riscos¹³ que em um primeiro ciclo contemplou parte dos acervos (arquitetônico, bibliográfico, arquivístico e museológico) sob a guarda desta unidade.

Dentro deste panorama, foi realizada esta iniciativa em uma coleção biológica tendo como parâmetros os critérios, valores e pesos já estabelecidos neste trabalho. O acervo do museu integra o conjunto de 33 coleções biológicas reconhecidas institucionalmente pela Fiocruz como patrimônio biológico das ciências e da saúde. As coleções estão divididas em cinco categorias: coleções microbiológicas; coleções zoológicas; coleções histopatológicas (pertencente ao museu da patologia); coleção de botânica e coleção arqueopaleontológica.

Em um primeiro momento, realizamos o levantamento de informações para contextualizar a coleção e identificar os atores envolvidos na tomada de decisões. A atuação foi restringida a nível interno, ou seja, bolsistas, terceirizados e curadores da coleção. Restringindo-se aos especialistas que são abordados como pessoas que “possuem conhecimento específico sobre o campo da preservação de bens culturais, geralmente decorrente de formação acadêmica e experiência prática” (COELHO, 2018, p. 220).

O próximo passo foi a decomposição do acervo, uma técnica utilizada para visualizar e compreender os diferentes componentes que fazem parte do bem selecionado. Essa divisão pode ser realizada usando a classificação com os próprios objetos, coleções, tipologias de bens - ex: livros, periódicos, dissertações ou agrupamentos por nível de valor - ex: Nível 1, Nível 2, entre outros.

A proposta de classificação da coleção utilizou a divisão por objetos, a ideia era relacionar o período (1931 a 1970) aos eventos de grande relevância para a coleção, sendo selecionado em 12 momentos entre a formação e dissociação do acervo (1931 até 1970) que auxiliaria na classificação das quase 500 mil amostras.

¹³Considerando a diversidade e amplitude dos acervos existentes na Fiocruz, definiu-se um recorte para a realização do ciclo-piloto realizado entre 2014 e 2018, abrangendo alguns dos acervos sob responsabilidade da Casa de Oswaldo Cruz. Foram contemplados parte do acervo arquitetônico - Pavilhão Mourisco e acervos móveis nele abrigados (Coleção Entomológica - IOC e Seção de Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos – Ictict), Cavalariça e Pavilhão do Relógio; o acervo museológico; o acervo arquivístico e o acervo da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde da COC”. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/42316> Acesso em: 17 abr. 2022.

1934 e 1940	Primeiros casos de Febre da Lábria	Em um estudo retrospectivo com viscerotomias hepáticas (coletadas entre 1934 e 1940) obtidas a partir do material da Coleção de Febre Amarela, Dias e Coura conseguiram comprovar que casos típicos de "Febre negra" ou Hepatite de Lábrea estavam presentes entre aqueles estudados por Madureira Pará e outros patologistas no extinto Serviço Nacional de Febre Amarela (Instituto Evandro Chagas, 1986)
1937	Produção nacional de vacina contra febre amarela	Inaugurado o Laboratório do Serviço Especial de Profilaxia da Febre Amarela, responsável pela produção nacional de vacina contra febre amarela (amostra 17D).
1939	Descobrimto do Ciclo Silvestre	Estudos de infecções adquiridas ou artificialmente induzidas em insetos, aves e mamíferos suspeitos de "hospedarem os vírus que grassavam nas matas" (Benchimol, 2001).
1939	Ruptura com a Fundação Rockefeller.	Terminado o convênio com a Fundação Rockefeller em 1939, o governo federal continuou a campanha criando o Serviço Nacional de Febre Amarela (SNFA) nas mesmas instalações no campus de Manguinhos.
1940	Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana.
1939	Resolução da causa de reações adversas graves na população que estava sendo vacinada.	Estudos realizados por Soper, Smith e Penna fixaram em 255 o número máximo de passagens em sistema biológico para a preparação da vacina anti-amarílica, resolvendo um problema de reações adversas graves na população que estava sendo vacinada.
1940	Estudo sobre a duração da imunidade proporcionada pela vacinação anti-amarílica - 20 anos depois da campanha.	Em Pouso Alegre (MG) foi iniciado um estudo sobre a duração da imunidade proporcionada pela vacinação anti-amarílica (cooperação entre a Fundação Rockefeller e o Serviço Nacional de Febre Amarela) onde foi possível acompanhar as pessoas que foram vacinadas por mais de 20 anos mostrando que 85% conservavam os anticorpos contra a febre amarela.
1960-70	Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	Em 1949, todo o acervo do Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela do SNFA foi transferido para o Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Por conta da crise que o Instituto atravessou nas décadas de 1960 e 1970, parte do acervo correspondente a blocos e lâminas se deteriorou ou foi perdido.

Figura 5 - Decomposição da Coleção de Febre Amarela. Fonte: Tavares, 2019.

A análise do valor relativo dos subgrupos identificados foi realizada de maneira quantitativa pelo método ICCROM-CCI, a partir das definições de pesos e valores já definidos no primeiro ciclo. Para viabilizar essa quantificação por meio do julgamento das partes interessadas, podemos utilizar algumas ferramentas como grupos focais, técnica Delphi, entrevistas e cartografia social. Nesta ação, optou-se pela Técnica

Delphi¹⁴ realizada através da elaboração de formulário via ferramenta do Google, e posteriormente enviado à equipe do museu a partir da definição de critério para o consenso de um mínimo de 70% de respostas semelhantes. Tem como premissa facilitar a tomada de decisão sem a interação face a face, além de oferecer aos participantes espaços para refutar, endossar e ratificar opiniões dissonantes por meio do anonimato.

A técnica pressupõe sucessivas rodadas (Figura 6), em nosso caso foram três rodadas com intensa comunicação crítica entre os participantes, o que levou a estimular a criação de novas ideias e um resultado mais afinado com a opinião do grupo. As pontuações mantiveram certa constância com pontuações altas, e em especial o excepcional (pontuação 6) e o restante desmembrado entre as outras pontuações. Esse comportamento foi se mantendo nas duas outras rodadas em valores e elementos específicos representando ‘o julgamento intuitivo do grupo’.

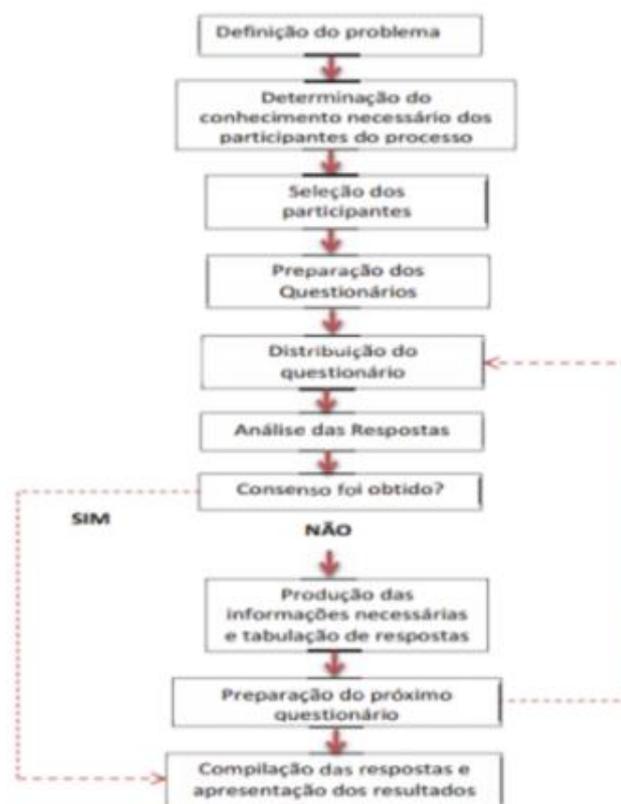


Figura 6 - Infográfico da Técnica Delphi. Fonte: Munaretto, Corrêa, Cunha, 2013.

¹⁴O método Delphi deve o seu nome ao Oráculo de Delphos e foi desenvolvido em órgãos associados à Defesa Estadunidense no início da década de 1950, durante a Guerra Fria (LINSTONE; TUROFF, 2002). Define-se como “um método para estruturar um processo de comunicação coletiva de modo que este seja efetivo, ao permitir a um grupo de indivíduos, como um todo, lidar com um problema complexo” (LINSTONE; TUROFF, 2002, p. 3). A principal vantagem da técnica Delphi é a obtenção de conhecimentos e critérios mesmo com especialistas distantes geograficamente, evitando influências entre as respostas.

Faz parte da estrutura a ser seguida pela técnica e suas características, como:

- i. participação de especialistas;
 - ii. troca de informações e opiniões entre os respondentes;
 - iii. anonimato das respostas;
 - iv. possibilidade de revisão das visões individuais e
 - v. representação estatística dos resultados.
- (LIRA, 2009, p.173)

Com a finalização da terceira rodada, cerca de 80% dos valores tinham chegado ao consenso, entretanto uma minoria já recorrente não atingiu o estipulado. Tendo em vista este cenário, optou-se por uma reunião de calibragem onde os especialistas discutiram entre si e chegaram a um consenso final sobre as proposições relacionadas. Vale ressaltar que a metodologia não objetiva chegar ao consenso em todas as questões, e sim obter um maior número de respostas para que possa ser refinada e embasar a tomada de decisões. No caso em questão, tomou-se como preferência trabalhar as discrepâncias em uma última reunião.



Figura 7 - Argumentos dos Especialistas para o Elemento XI: Registro dos últimos casos de transmissão da forma silvestre da Febre Amarela. Fonte: Tavares, 2019.

Com as diferentes percepções identificadas e as pontuações definidas, realizamos a valoração da coleção para relacionarmos a contribuição percentual de cada categoria para o valor total do acervo. Para facilitar essa visualização desses diferentes valores sintetizamos em gráficos pizzas ou denominados de 'diagramas de valor'.

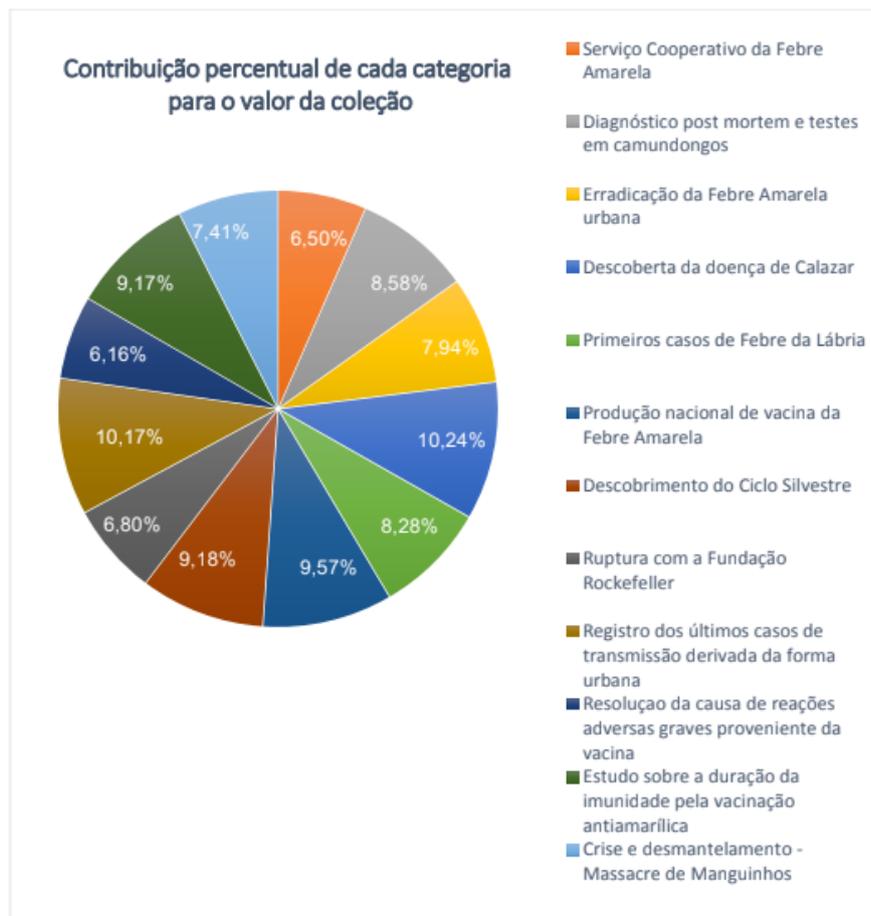


Gráfico 1 - Diagrama do Valor da Coleção de Febre Amarela. Fonte: Tavares, 2019.

Neste trabalho, absorvemos parte desta metodologia, a fase estabelecimento de contexto, com a finalidade de reconhecer os diferentes componentes do acervo da coleção. "Os diagramas de valor contribuem para a análise quantitativa dos riscos, garantindo a possibilidade de análises comparativas dos riscos detalhados". (COELHO, 2018, p. 184). A partir do diagrama podemos aferir algumas informações que podem contribuir para o processo decisório na preservação da coleção. Entre eles a priorização da contribuição de cada acervo, a 'Descoberta da doença de Calazar' ficou com 10,24% e no topo desta categoria.

Esse evento está atrelado a uma descoberta científica de grande relevância para a ciência nacional, foi o primeiro caso no país e é mais conhecido como Leishmaniose visceral. Semelhante à Febre Amarela sua transmissão ocorre por transmissão de um inseto infectado, desenvolve-se em locais úmidos, sombreados e com abundante matéria orgânica.

O tipo identificado ataca órgãos internos, como baço, fígado e medula óssea. No fígado, comum às duas doenças, causa inchaço. Foi investigando a ocorrência da febre amarela que ocorreu o diagnóstico, além de ser considerada muito rara, é um material de referência e que está salvaguardado no museu.

O evento destacado em segundo lugar: Registro dos últimos casos de transmissão da Febre Amarela na área urbana. Descrevendo os últimos casos de transmissão derivada da forma urbana pelo mosquito, *Aedes aegypti*, na cidade de Sena Madureira (Acre) em 1942.

Após a valoração inicial do acervo pelo método ABC e a identificação dos riscos, propomos que a priorização da coleção seja realizada em colaboração com o método de Menegazzi (2013)¹⁵ que realiza a integração da atribuição de valores com a definição de critérios físicos que buscam singularizar os acervos através das suas particularidades, como a composição material e o ambiente de guarda.

Desta maneira, os resultados são tabulados, originando uma lista de bens prioritários a ser utilizada como anteparo para a tomada de decisão. Em geral, a lista é associada a preparação para emergências, como incêndio. Seu uso, porém, pode e deve ser ampliado para outros processos decisórios, como a definição de prioridade no programa de *Digitalização Continuada* do Museu da Patologia.

A primeira tabela procura singularizar os valores definidos pela instituição e em consonância com a missão e visão do Museu. Utilizamos os mesmos valores já estabelecidos no Método ABC, com a extrapolação dos dados inseridos diretamente para a primeira tabela. Sendo uma coleção biológica, os valores com mais destaque: científico/tecnológico, raridade, procedência, educacional e econômico devido à própria tipologia desses bens.¹⁶

¹⁵Cristina Menegazzi é assessora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e especialista internacional em gestão de riscos para o patrimônio cultural. Sua metodologia exemplificada a seguir está sendo adotada pela Unesco em situações de emergência e desastres em cooperação com as instituições e governos afetados.

¹⁶Os atributos de pontuação foram desenvolvidos em diferentes etapas e com a adesão de grupos multidisciplinares. O processo se iniciou com a realização de oficinas com representantes de todos os acervos e das áreas responsáveis por sua gestão, que teve como tarefa inicial tentar identificar os diferentes

Tabela 1 - Lista de valores para singularizar a evacuação. Fonte: Fonte: Tavares, 2019.

TABELA 1											
ITENS	Valor científico	Valor Histórico	Valor Educacional	Valor Probatório	Valor Raridade	Procedência	Social	Artístico Estético	Simbólico	Econômico	Total
Serviço Cooperativo da Febre Amarela	6	6	4	5	4	3	3	1	5	3	32
Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	6	6	5	6	6	6	2	1	4	4	46
Eradicação da Febre Amarela urbana	6	6	4	6	6	4	3	0	6	5	46
Descoberta da doença de Calazar	6	6	6	6	6	6	5	0	6	4	51
Primeiros casos de Febre da Lábia	6	6	4	6	6	6	4	0	4	5	47
Produção nacional de vacina da Febre Amarela	6	6	6	5	5	6	6	0	6	6	52
Descobrimto do Ciclo Silvestre	6	6	6	6	4	5	6	0	5	6	50
Ruptura com a Fundação Rockefeller	6	6	3	2	5	5	4	0	6	4	41
Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	6	6	6	6	6	6	3	0	6	5	50
Resolução da causa de reações adversas graves proveniente da vacina	6	5	5	6	5	5	6	0	5	5	48
Estudo sobre a duração da imunidade pela vacinação antiamarilica	6	6	6	6	5	5	6	0	1	5	46
Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	6	5	6	6	6	4	4	0	3	6	46
Escala: de 0 a 6, sendo 6 o valor mais alto											

A segunda apresenta critérios contextualizados com o ambiente onde o acervo é preservado. Entre eles a acessibilidade ou desmontagem dos bens em caso de evacuação. Em nosso caso, os critérios atribuídos estão relacionados às obras de reforma, a similaridade das pontuações está correlacionada com a natureza material dos bens que se repetem na forma e no local de guarda.

valores dos acervos. As discussões nas oficinas foram mediadas pelo consultor José Luiz Pedersoli Jr e as definições dos atributos fazem parte da Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fundação Oswaldo Cruz publicada em 2018.

Tabela 2 - Lista de valores para singularizar a evacuação. Fonte: Tavares, 2019.

TABELA 2						
ITENS	Acessibilidade	Peso	Volume/ Obstáculos	Fragilidade	Movimentação/ Transporte	Total
Serviço Cooperativo da Febre Amarela	5	2	2	3	3	15
Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	5	2	2	3	3	15
Erradicação da Febre Amarela urbana	5	2	2	3	3	15
Descoberta da doença de Calazar	5	2	2	3	3	15
Primeiros casos de Febre da Lábia	5	2	2	3	3	15
Produção nacional de vacina da Febre Amarela	5	2	2	3	3	15
Descobrimto do Ciclo Silvestre	5	2	2	3	3	15
Ruptura com a Fundação Rockefeller	5	2	2	3	3	15
Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	5	2	2	3	3	15
Resolução da causa de reações adversas graves proveniente da vacina	5	2	2	3	3	15
Estudo sobre a duração da imunidade pela vacinação antiamarilica	5	2	2	3	3	15
Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	5	2	2	3	3	15
Escala: de 1 a 5, sendo 5 mais fácil de evacuação						

Tabela 3 - Lista de prioridade para a evacuação. Fonte: Tavares, 2019.

TABELA 3				
ITENS	Total Valores	Total Critérios	Total	Prioridades
Serviço Cooperativo da Febre Amarela	32	15	47	8°
Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	46	15	61	6°
Erradicação da Febre Amarela urbana	46	15	61	6°
Descoberta da doença de Calazar	51	15	66	2°
Primeiros casos de Febre da Lábia	47	15	62	5°
Produção nacional de vacina da Febre Amarela	52	15	67	1°
Descobrimto do Ciclo Silvestre	50	15	65	3°
Ruptura com a Fundação Rockefeller	41	15	56	7°
Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	50	15	65	3°
Resolução da causa de reações adversas graves proveniente da vacina	48	15	63	4°
Estudo sobre a duração da imunidade pela vacinação antiamarilica	46	15	61	6°
Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	46	15	61	6°

O produto final deste processo é uma lista de prioridade de evacuação onde os gestores terão a possibilidade de planejarem suas ações com uma visão abrangente do acervo que permite a otimização dos recursos em áreas estratégicas, além da possibilidade de utilizar em outras áreas como na digitalização do acervo. O método de Menegazzi (2013) adapta perfeitamente a valoração proposta pelo Método ABC.

Acreditamos que ao propor ferramentas para integrar a valoração da gestão de riscos com a proposta de Menegazzi dinamize e torne menos complexa sua utilização pelo setor museal. Por conseguinte, a junção entre a tipologia de valor e critérios físicos para individualizar os objetos. Por exemplo, o critério acessibilidade/desmontagem considera a viabilidade de mobilidade da coleção em relação ao local de guarda.

Considerações finais

Compreendemos a valoração como uma ferramenta vital no desenvolvimento sustentável da gestão de coleções pois “As boas decisões sobre a conservação e o manejo dos objetos e dos conjuntos dependem do entendimento de seu significado e importância. Identificar os atributos significantes de um objeto ajuda a assegurar que seu manejo preserve o seu valor presente e futuro”. (RUSSELL; WINKWORTH, 2009).

Ao considerarmos o patrimônio cultural como um bem coletivo e uma construção social, não há outra saída senão a abertura para a participação de diferentes grupos interessados, os *stakeholders*. Este termo remete as partes interessadas e é empregado pelo Instituto de Conservação Getty e Conselho de Coleções da Austrália.

A prática da valoração participativa pressupõe três instâncias de ação: a comunidade, os especialistas e o Estado. Essa maneira de encarar os bens culturais é oriunda das diversas visões e práticas que formam a museologia contemporânea como um processo inclusivo e participativo. A missão institucional é dada como ponto de partida para a valoração, visto que por meio do seu conteúdo é que os valores serão destacados e os níveis explorados. Tudo gira em volta dessa afirmação institucional tão importante e por vezes pouco explorada, é por meio dela que o museu identifica seus valores que dará partida ao exercício de valoração.

Outra relação, é a importância da priorização dentre os acervos para a tomada de decisão para processos complexos, como a digitalização. Este foi o caso da Coleção de Febre Amarela do Museu da Patologia formada por cerca de 500 mil casos suspeitos da doença, sendo desenvolvido o Programa de Digitalização Continuada. O

equipamento utilizado para realizar o escaneamento, sistema de microscopia virtual, comporta espaço para 5 unidades durante o procedimento. É possível visualizar as lâminas utilizando um microscópio virtual realizando aproximações com diferentes resoluções, disponibilizado em um sistema de gestão de acervos para o público e interessados. Além das amostras e peças anatomopatológicas que devem podem ser realizadas por outros equipamentos, como um scanner 3D.

A valoração de coleções corrobora para o processo decisório de forma clara e embasada, uma vez que utiliza critérios e atributos que favorecem a priorização da coleção. As tipologias de valor e metodologias referenciadas devem ser utilizadas como norteadoras das discussões e ajustadas a cada projeto com o apoio das partes interessadas na aplicação, sendo utilizada como ponto de partida para a discussão acerca da atribuição de valores. As principais categorias são apresentadas como formas alternativas para a compreensão do patrimônio cultural, não reduzindo ou fechando o debate em si mesmo.

Referências

ASSESSING Heritage Significance. *NSW Heritage Manual*, 2001.

AVRAMI, E. *Values and Heritage Conservation*. The Getty Conservation Institute, Summer.2000.

BASTIDAS, María Fernanda; VARGAS, Maria Margarita. Propuesta metodológica para la valoración participativa de los testimonios de museos y entidades culturales en Colombia. *Fortalecimiento de Museos*. 2012.

BARRETO, Juliana Cunha; PONTUAL, Virgínia Pitta; AGUIAR, José Manuel. A valoração dos bens culturais sob o olhar da conservação. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v.16, n.2, p. 623-641, jul. /dez. 2020.

BELLAIGUE, Mathilde. O desafio museológico. In: FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE, 5, nov. 1992, Salvador, p.3 (mimeo.).

BENAVENTE, Ángela. Aplicación de la metodología de Gestión de Riesgos para el patrimonio en la evaluación de los deterioros del mural Paso inferior Santa Lucía. In: Santiago de Chile. V Congreso Chileno de Conservación y Restauración, 2015. p.96 - 99.

BRULON, Bruno. Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, v.25, n.1, p. 25-37, jan. |abr. 2015.

COHEN, David; REGUERA, Mario Omar Fernández. Valoración de Colecciones: una herramienta para la gestión de museos. *Programa de Fortalecimiento de Museos*. Bogotá, Colombia, 2013.

COELHO, Carla Maria Teixeira. *Gestão de Riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor*. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 328p.

COHEN, David. La valoración de las colecciones para la gestión de riesgos: reflexiones en torno al problema del manejo y conservación del patrimonio cultural. In: V CONGRESO CHILENO DE

CONSERVACIÓN Y RESTAURACIÓN. 2015, Santiago. Seminario. Santiago: AGCR-Chile, 2015.

COHEN, David. Viejos problemas, nuevos desafíos: la valoración de colecciones y la gestión de riesgos para la conservación preventiva. In PINHEIRO, Marcos José de Araújo; CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; TEIXEIRA, Carla Maria Teixeira (org.) *Abordagens e experiências na preservação do patrimônio cultural nas Américas e Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. p. 266-291. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46043>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COHEN, D. y FERNÁNDEZ, M. 2014. Valoración: Implicaciones para la gestión de riesgos, la conservación y el manejo de colecciones. *Ensayos del seminario-taller em valoración de acervos museológicos*. Brasília: Programa Ibero-museos. Organización de los Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2012.

CUNHA, Claudia dos Reis. Alois Riegl: O culto moderno dos monumentos. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out. 2006.

DAZA, David Cohen; REGUERA, Mario Omar Fernández. Valoración: implicaciones para la gestión de riesgos, la conservación y el manejo de las colecciones. In: *Ensaio do Seminário Oficina em Valoração de Acervos Museológicos*. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Programa Ibero-museus – Brasília, DF, 2014.

DE LA TORRE, M. (ed.). *Assessing the values of cultural heritage*. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

DÍAZ, Maria Cristina (org). Avaliação de coleções: uma ferramenta para gerenciamento de riscos. Programa de Reforço dos Museus. Museu Nacional da Colômbia. Bogotá, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*/Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.56-76

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. *Relatório de divulgação dos resultados do primeiro ciclo de aplicação da metodologia de gestão de riscos para o patrimônio cultural da Fiocruz*. Rio de Janeiro, 2020. 342 p. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/42316>. Acesso em 07 out. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*. Rio de Janeiro, 2018. 72 p. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15276>. Acesso em 07 out. 2022.

FRONDIZI, Risieri. *¿Qué son los valores?* Introducción de la axiología. Fondo de Cultura Económica, 1 ed. México, 1958.

HAYA, Heikki; JANTUNEN, Sari; PAASKOSKI, Leena. *Analysing Significance*. Finnish Museums Association, n.75. Finland, 2018.

IBRAM. *Os Museus*. Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus>. Acesso em: 20 set. 2019.

ICOM BRASIL. *ICOM aprova Nova Definição de Museu*. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em 07 out 2022.

IPHAN. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

JULIÃO, Letícia. A pesquisa histórica no museu. In: *CADERNO de Diretrizes Museológicas I*. 2ª edição. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006, p. 93-105.

LÉON, Isidoro Villator. *¿Qué son los valores?* Reseñas. *Pistas*, n.52, p.59-61, 2014.

LORD, B; LORD, G.B. *Manual de Gestión de Museos* (3.a ed.). Barcelona, España: Ariel Patrimonio Artístico, 2008.

MASON, Randall. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In: DE LA TORRE M. (ed).. *Assessing the values of cultural heritage*. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25 – 40

MENEGAZZI, Cristina. Gestión de riesgos en museos ante desastres naturales. In.: *Jornadas de Patrimonio en Riesgo - Museos y sismos*. [Coordinación: Ana AzorLacasta]. MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. Espanha, 2013. p.10-18.

NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal como objeto de conhecimento. *Cadernos de Museologia*, n.3, p. 7-29, 1994.

NOGUEIRA, Vanessa Fabiula Pancioni. Axiologia: apontamentos sobre valor. Universidade Anhanguera. *Anuário da Produção Docente*, v.1, n.1, p.75-79, 2007.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUSSELL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*. 2nd ed. National Library of Australia, 2009.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.* [Online], v.7, n.1, p. 15-30, 2012.

SANTOS, Liliane Bispo do; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, v.5, n. 1, p.49-67, 2012. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/211/187>. Acesso em: 18 nov. 2022.

TAVARES, Maria Karla Belo da S. *Gerenciamento de Riscos em espaços museais: estudo de caso da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz*. Monografia (Graduação em Museologia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. 50f.

TAVARES, Maria Karla Belo da S. *Valoração de Coleções Museológicas: estudo de caso da coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz*. 2019. 124f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Preservação do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2019.

Data de recebimento: 30.08.2022

Data de aceite: 07.10.2022